

FLORESTAS

Textos VÍTOR ANDRADE

Cinco anos depois dos incêndios de Pedrógão, que devastaram dezenas de milhares de hectares de matas e florestas, o abandono é a nota dominante.

O secretário de Estado das Florestas, João Paulo Catarino, não poupa nas palavras: “O que aconteceu até agora não é satisfatório, há muitas áreas abandonadas e muito trabalho para fazer.”

Em entrevista ao Expresso adianta que o Governo se prepara para avançar nos próximos meses para o chamado ‘arrendamento forçado’, um regime jurídico criado em junho do ano passado, e que, em termos muito simples, prevê que seja o Estado a re-florestar as áreas abandonadas pelos seus proprietários, no perímetro das chamadas Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP).

Ao abrigo da lei, será criado um grupo de peritos que vai definir aquilo que será designado por ‘renda justa’, ao que se seguirá uma espécie de posse administrativa das terras em causa.

“O valor da renda é fixado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, das Florestas e do Desenvolvimento Rural, o qual fica sujeito a atualização anual”, pode ler-se na lei que cria o regime do arrendamento forçado. E acrescenta-se ainda que “o valor da renda atende ao valor real e corrente do bem de acordo com o seu destino efetivo ou possível numa utilização económica normal, à data da publicação da declaração de utilidade pública, tendo em consideração as circunstâncias e condições de facto existentes naquela data”.

O arrendamento forçado de acordo com a lei “dura pelo tempo fixado na respetiva OIGP” (que, segundo o secretário de Estado, pode ser por um período de 25 anos, renovável). E acrescenta-se ainda que “fundo o período de vigência do arrendamento, a entidade gestora promove obrigatoriamente o cancelamento do registo de arrendamento forçado”.

Se os privados não agirem, avança o Estado

Em suma, se os proprietários de áreas consideradas para o efeito — e que basicamente se integram nos perímetros das zonas ardidas nos incêndios de 2017, que devastaram uma grande parte da floresta da região centro do país —, não agirem por iniciativa própria nos próximos seis meses, com apoios públicos já disponibilizados para esse fim, será o Estado (Governo e autarquias) a tomar conta da situação.

O arrendamento forçado passa a abranger, segundo a lei, “as situações de prédios rústicos objeto de operação integrada de gestão da paisagem (...) nas situações de inércia dos proprietários, para a reconversão dos territórios a intervencionar”.

Mas o Governo debate-se ainda com outro problema em matéria de re-florestação das áreas ardidas. É que 30% dos prédios rústicos em Portugal estão em heranças indivisas.

“Temos aqui um problema de direito sucessório que temos de resolver. E esperamos, durante esta legislatura, produzir legislação para esse fim. Estamos a falar de 30% de prédios que estão estacionados/abandonados. E todos nós sabemos o que se passa com as heranças indivisas: os terrenos que têm valor económico são geridos, os outros ficam abandonados”, conclui o secretário de Estado.

João Paulo Catarino adianta ao Expresso que “a legislação irá no sentido de limitar estas heranças indivisas no tempo. Atenção, não vamos nacionalizar nada... Já está criado um grupo de trabalho entre a Justiça, as Florestas e as Finanças, com a colaboração de dois ou três especialistas da academia [para estudar e solucionar o problema]”.

O governante considera que o facto de não haver tanto Estado na floresta é um problema e nota que “noutros países há mais Estado nas florestas”. Mas reconhece que, neste domínio, o Estado pode ser muito melhor gestor do que aquilo que tem sido nos

Gestão de áreas ardidas Nos casos em que os privados não tomarem iniciativa, o Estado vai intervir

Governo prepara-se para o arrendamento forçado



Nas florestas que arderam na zona centro do país, em especial na zona de Pedrógão, o cenário de abandono ainda domina a paisagem FOTO RUI DUARTE SILVA

O GOVERNO CONSIDERA QUE O FACTO DE NÃO HAVER MAIS ESTADO NA FLORESTA É UM PROBLEMA. JÁ OS PRIVADOS ACHAM QUE O ESTADO É UM “MAU GESTOR”

últimos anos. E explica que, agora, há instrumentos financeiros para ajudar a resolver a gestão da floresta.

Perguntamos-lhe se isso não é apenas deitar dinheiro em cima dos problemas, sendo que do que se trata é da falta de gestão de qualidade, ao que responde que “o Estado sabe como se faz e sabe gerir. Tivemos foi, durante muito tempo, uma escassez de recursos financeiros enorme que levou a que o Estado também se demitisse dessa gestão”.

Em síntese, e segundo João Paulo Catarino, o Governo defende mais Estado nas florestas. “Mais terras e mais gestão.”

Aliás, nota ainda o mesmo responsável, “o Estado tem previsto adquirir mais terras, por via da Florestal, que é uma empresa pública com sede em Figueiró dos Vinhos e que está mandatada para comprar terrenos preferencialmente em áreas classificadas. Na verdade, o Estado está agora em processo de aquisição de terras, o processo é recente mas está a avançar”.

Vítor Poças, presidente da Associação dos Industriais de Madeira e Mo-

PINHEIRO

Saldo comercial a cair desde 2015

É uma fileira que trabalha acima de tudo com madeira de pinho, mas que está a importar cada vez mais, de países como Espanha, Rússia e Bielorrússia. Vítor Poças, presidente da Associação dos Industriais de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP), sublinha que o sinal mais que evidente do desequilíbrio da balança comercial do sector se traduz nestes números: “Em 2015 o saldo atingiu os €870 milhões e, em 2021, já era apenas de €480 milhões.” Apesar de tudo o sector bateu um recorde de exportações no ano passado, com €2,5 mil milhões. Atualmente emprega 72 mil pessoas diretamente, distribuídas por 9360 empresas — das quais

metade fatura menos de €500 mil por ano. Vítor Poças diz que o emprego está a crescer mas que falta matéria-prima e que é urgente plantar mais pinheiros. O problema, segundo o mesmo responsável, é que Portugal está confrontado, há muitos anos, com uma deslocação da população do interior para o litoral e, como se não bastasse, as pessoas também se têm vindo a deslocar do sector agrícola e da silvicultura para a área dos serviços. O presidente da AIMMP diz que a floresta “não é rentável para o pequeno silvicultor e, assim sendo, há cada vez mais áreas abandonadas. Por outro lado, muita da área plantada acaba por succumbir aos incêndios. Em suma, a floresta só será rentável se tiver escala”. De notar, porém, que os preços da madeira dispararam assim que se esgotou no mercado a madeira fustigada pelos incêndios de 2017. Em dois/três anos os preços subiram de 25 para 40/50 euros por tonelada.

SOBREIRO

Remunerar serviços ambientais

Um sobreiro dá muito mais que cortiça. É verdade que é uma árvore que leva décadas a rentabilizar do ponto de vista económico, mas há outros serviços que o sobreiro nos presta a todos e, por enquanto, diz que a floresta “não é rentável para o pequeno silvicultor e, assim sendo, há cada vez mais áreas abandonadas. Por outro lado, muita da área plantada acaba por succumbir aos incêndios. Em suma, a floresta só será rentável se tiver escala”. De notar, porém, que os preços da madeira dispararam assim que se esgotou no mercado a madeira fustigada pelos incêndios de 2017. Em dois/três anos os preços subiram de 25 para 40/50 euros por tonelada.

de vista da performance económica da fileira do sobreiro, João Ferreira diz, com orgulho, que o sector tem crescido a uma taxa de 4% ao ano ao longo da última década no que respeita às exportações — que em 2021 atingiram os €1,3 mil milhões. “São exportações de alto valor acrescentado e basta dizer que, por cada euro exportado, 85 cêntimos são portugueses.” E nota ainda que, a nível mundial, sete em cada dez garrafas de vinho têm uma rolha de cortiça produzida em Portugal. “E estamos a falar de um produto renovável e reciclável que vem de uma árvore que não é cortada”, acrescenta. Portugal, segundo o dirigente da APCOR, exporta produtos de cortiça para mais de 100 países e emprega mais de 8 mil pessoas de forma direta, a que se juntam ainda os empregos tipicamente sazonais, nomeadamente os que têm que ver com o descortçamento dos sobreiros.

EUCALIPTO

Sector fala em preconceito ideológico

Para conseguir governar com o apoio dos partidos à sua esquerda, o primeiro Governo de António Costa teve de fazer várias cedências no âmbito da famosa ‘geringonça’. Uma delas foi aos ecologistas, no sentido de parar a expansão da área plantada de eucalipto em território nacional. O sector não gostou da medida — pois Portugal é um importador líquido de madeira de eucalipto para ‘alimentar’ as papelarias —, mas teve de conviver com ela. Ora, acontece que com a conquista de uma maioria absoluta pelo PS o sector esperava uma reversão daquela medida já com a entrada em funções do atual Governo. Só que isso não

QUATRO PERGUNTAS A

João Paulo Catarino

Secretário de Estado das Florestas



■ A área de eucalipto vai aumentar?

■ Não. O Governo entende que a área ocupada pelo eucalipto é suficiente e não deve aumentar. Já é a espécie florestal que mais área ocupa em Portugal. É uma questão política. Se a área de eucalipto for abandonada ao terceiro corte torna-se um enorme passivo ambiental para o país. Isso nós não queremos. E começa a ser muito significativo em algumas regiões do interior.

■ Do total de área de eucalipto, qual é a percentagem que já está nessas condições?

■ Felizmente ainda não chegámos a níveis preocupantes, mas nós não queremos que passe a ser. Entendemos que os 900 mil hectares de eucalipto são suficientes. Não precisamos de mais área de eucalipto para alimentar a nossa indústria, precisamos é de aumentar substancialmente a produtividade por hectare. E precisamos que a indústria remunere devidamente o proprietário. Se pode pagar mais caro para importar é porque também pode pagar ao proprietário/produzidor português.

■ Há alguma espécie de estigma ideológico em relação ao eucalipto?

■ Não. De forma alguma. Tem é de haver um equilíbrio, pois é uma espécie que, quando abandonada, se transforma rapidamente num passivo ambiental — como já tivemos o caso da acácia. Por isso o Governo entende que a atual área é suficiente e só tem é de se tornar mais produtiva. Estamos a falar de uma indústria altamente lucrativa e a madeira de eucalipto é paga hoje ao proprietário ao mesmo preço da década de 90 do século passado. No fundo, o clo mais fraco desta cadeia é claramente o proprietário.

■ A indústria paga mal aos produtores?

■ Só assim se compreende que no âmbito do terceiro corte [de árvores] muitos se sintam na obrigação de abandonar esses povoamentos.

vai acontecer e, como é dito no texto acima pelo secretário de Estado das Florestas, João Paulo Catarino, não irá haver nem mais um hectare para eucaliptal. “Isto não faz qualquer sentido e é uma medida cega carregada de preconceito ideológico”, enfatiza Francisco Gomes da Silva, diretor-geral da Associação da Indústria Papeleira (CELPA). E diz mais: “Destá forma estamos apenas a optar pelo abandono e pela criação de mais áreas de mato.” Quanto à taxa anunciada pelo Governo no Orçamento do Estado para 2022 para aplicar sobre os lucros das papelarias — tecnicamente designada por Contribuição Especial para a Conservação dos Recursos Florestais —, o dirigente da CELPA diz que é uma “aberração” e um custo adicional em cima das empresas do sector. E conclui: “Espero que não seja regulamentada e que não chegue a entrar em vigor.”

bilário de Portugal (AIMMP), nem quer ouvir falar desta possibilidade. “O Estado é o pior dos piores gestores em todos os setores. Não é bom a gerir coisa nenhuma.”

Não olhar para a floresta “como se fosse um jardim”

Este responsável defende mesmo que o Estado “devia emparcelar terras suas e, depois, vender aos privados. Até porque temos de ter a noção de que sem economia de escala nunca teremos floresta a sério em Portugal. Não podemos olhar para a floresta apenas como se fosse uma espécie de jardim onde vamos passear. Não, ela tem valor económico, é um ativo muito importante e dá sustento a muitas famílias”.

Mas, afinal, o que é que o Estado está a fazer nas suas áreas de floresta? O secretário de Estado explica que, só para parcelas sob gestão do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), “vai haver agora um aviso para investimentos de 10 milhões de euros em arborização”.

O governante avisa, porém, que em zonas como, por exemplo, o Pinhal de Leiria, “a imagem que tínhamos da área verde só a voltaremos a ver daqui a 20 anos”. Uma floresta demora muitos anos a ganhar forma e densidade. João Paulo Catarino garante que o Estado também vai investir em floresta para vender à indústria, “assim que as árvores atingirem o limite da sua vida útil”.

O problema da floresta, nota o secretário de Estado, é o risco que lhe está associado, nomeadamente o que tem a ver com o risco de incêndio, mas também “devido ao facto de estarmos a falar de investimentos que são feitos hoje para colher rendimentos daqui a 30 ou 40 anos. Penso que são investimentos que, sem o apoio do Estado, dificilmente se fazem”.

A verdade é que o país precisa de mais floresta, ou, na versão do secretário de Estado, “temos de olhar para a floresta que temos e torná-la mais produtiva”, até porque, como faz questão de sublinhar, “as áreas atuais não vão aumentar”.

Falta de matéria-prima para a indústria continua a aumentar

Aqui chegados, o país está confrontado com falta de matéria-prima nas suas várias fileiras económicas ligadas à floresta, nomeadamente no eucalipto, no pinho e no sobreiro, com importações a aumentarem todos os anos.

Só na fileira do eucalipto, por exemplo, o sector das papelarias depara-se com uma falta de 20% nas suas necessidades de matéria-prima florestal — o que equivale a €200 milhões anuais em compras ao exterior.

Como é que isto se ultrapassa, perante as limitações políticas em vigor? Desde logo, diz Francisco Gomes da Silva, diretor-geral da Associação da Indústria Papeleira (CELPA), com políticas públicas ativas de incentivo à gestão profissional da floresta. “É a verdade é que isso não tem acontecido.”

E contrapõe: “Porque não florestamos as áreas de mato que estão improdutivas e abandonadas? Não é aceitável termos entre 400 a 500 mil hectares de florestas abandonadas.” Este responsável lembra que grande parte do que ardeu em 2017 ficou ao abandono e, entretanto, “está tudo cheio com mato de dois metros de altura, com acácias e rebentos desordenados de eucaliptos que não servem para nada”.

A única fileira florestal que evidencia algum otimismo em relação ao fornecimento de matéria-prima é a do sobreiro — que, apesar de tudo, também tem de comprar cortiça ao exterior, nomeadamente a Espanha e a alguns países do norte de África. João Rui Ferreira, secretário-geral da Associação Portuguesa da Cortiça (APCOR), aconselha a recuperação de áreas de montado e, por outro lado, a plantação de mais sobreiros.

Quanto à opção política de o Governo ter mantido as Florestas no Ministério do Ambiente em vez de as voltar a colocar na Agricultura, aquele dirigente diz que, independentemente do ministério, “tem de haver uma dinâmica e um compromisso político com o sector. Mas uma coisa é certa: as políticas florestais não são compatíveis com alterações a cada legislatura”.

vandrade@expresso.impresa.pt